



PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 9.ª Região

3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais-PR

RUA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1001, TÉRREO ESQ. COM JOAQUIM NABUCO – CIDADE JARDIM
CEP: 85.806-390 Fone: (41) 3358-2730 e-mail: vdt03sjp@trt9.jus.br

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

O Doutor **JERONIMO BORGES PUNDECK**, MM. Juiz da 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que fica designado: **1ª PRAÇA/LEILÃO** com a abertura da hasta pública no dia **24 de fevereiro de 2023 às 09h00min** por valor igual ou superior ao de avaliação e com **encerramento da 1ª praça no dia 24 de fevereiro de 2023 previsto para às 12h00min**. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa. **2ª PRAÇA/LEILÃO** com a abertura da 2ª hasta pública no dia **27 de fevereiro de 2023 com abertura do pregão às 09h00min** quando será oferecido pela melhor oferta, descartado preço vil, com **encerramento no 28 de fevereiro de 2023 previsto para às 12h00min**. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa.

FICAM AS PARTES CIENTES de que, caso resulte negativa a hasta pública indicada no item precedente, fica designada nova **Praça e Leilão** para: **1ª PRAÇA/LEILÃO** com a abertura da hasta pública no dia **10 de abril de 2023 às 09h00min** por valor igual ou superior ao de avaliação e com **encerramento da 1ª praça no dia 10 de abril de 2023 previsto para às 12h00min**. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa. **2ª PRAÇA/LEILÃO** com a abertura da 2ª hasta pública no dia **12 de abril de 2023 com abertura do pregão às 09h00min** quando será oferecido pela melhor oferta, descartado preço vil, com **encerramento no 13 de abril de 2023 previsto para às 12h00min**. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa. Em havendo disputa, será atualizado o tempo em 3 minutos prorrogando o horário de encerramento até que não haja mais disputa.

LOCAL: Leilão exclusivamente por meio eletrônico, mediante acesso ao site da internet <http://www.vmlleioes.com.br>.

Para participar do leilão é necessário a realização de um cadastro no referido site com 48 horas de antecedência e deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema. Os documentos a serem encaminhados para o escritório do leiloeiro obrigatoriamente devem ser com firma reconhecida em cartório e as cópias de documentos autênticas. Caso o arrematante possua Certificado Digital, os documentos podem ser assinados digitalmente, desobrigando do reconhecimento de firma ou autenticação por cartório. No ato do cadastro será encaminhado automaticamente um e-mail ao licitante com orientações. O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecido por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da Inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. Será considerado vencedor o lance em maior valor. O licitante que inserir valor inferior ao de avaliação fica ciente que seu lance terá validade apenas para 2ª praça vez que para 1ª Praça o valor mínimo é o de avaliação.

Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (*sessenta*) dias após a última data designada para leilão, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital. Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

LEILOEIRO: Sr. Jair Vicente Martins, Leiloeiro Público Oficial, já compromissado nos autos, relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados:

02) AUTOS: CartPrecCiv 0000932-60.2022.5.09.0965 (SUSPENSO)

RECLAMANTE: JORGE SCHOMBERGER

RECLAMADO: SCONNTEC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - CNPJ: 01.283.982/0001-39; PATRICIA RATTON, CPF: 022.243.149-06; L & E PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 07.505.921/0001-55; OTAVIO SCHWAB RATTON - CPF: 039.513.719-51

TERCEIRO INTERESSADO: DAGOBERTO CORREIA, MARCIO JOSE RIBEIRO GOMES

BEM: Lote de Terreno, sem benfeitorias, número 20, quadra 15, planta Jardim Cruzeiro, lugar situado Braga, com área total de 550,50m², sem benfeitorias, com demais medidas e confrontações constantes na matrícula nº 413 do SRI de São José dos Pinhais.

AVALIAÇÃO: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

ONUS: R-8 – HIPOTECA em favor do Banco do Brasil S/A; R-9 – ARRESTO nos autos 205/07 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-11 – ARRESTO nos autos 027/1.09.0009055-6 da 4ª Vara Cível de Santa Maria-RS; R-12 – PENHORA nos autos 10511-87.2010.8.16.0001 da 11ª Vara Cível de Curitiba; R-14 – PENHORA nos autos 0009652-71.2007.8.16.0035 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-15 – PENHORA nos autos 0002402-11.2012.8.16.0035 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-16 – PENHORA nos autos 0004732-73.2015.8.16.0035 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-17 – PENHORA nos autos 0021110-54.2007.8.24.0038 da 6ª Vara Cível de Joinville-SC; AV-18 – AÇÃO DE EXECUÇÃO nos autos 0013855-04.2010.8.16.0025 da 1ª Vara Cível de Araucária; AV-19 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0001437-73.2013.5.09.0122 da 4ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-20 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0001437-73.2013.5.09.0122 da 4ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-21 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0001014-25.2011.5.09.0659 da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava; AV-22 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 014742012670090001 da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-23 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000875-14.2015.5.09.0892 da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-24 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 1297199602209000 da 1ª Vara do Trabalho de Paranaguá; AV-25 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000916.51.2013.5.09.0665 da Vara do Trabalho de Irati; AV-26 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000212.86.2016.5.09.0665 da Vara do Trabalho de Irati; AV-27 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000196.09.2016.5.09.0656 da Vara do Trabalho de Castro; AV-28 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 1303199602209009 da 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava; AV-29 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 2609199702209003 da 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava; R-30 – PENHORA nos autos 0000916.51.2013.5.09.0665 da Vara do Trabalho de Irati; R-31 – PENHORA nos autos 0000022-55.2018.5.09.0130 da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; R-32 – PENHORA nos autos 0005833-74.2017.8.16.0036 da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais; AV-33 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 003652011965090005 da 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-34 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0011195-58.2016.5.15.0040 da Vara do Trabalho de Cruzeiro; AV-35 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 1299199602209009 da 1ª Vara do Trabalho de Paranaguá; AV-36 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000168.41.2016.5.09.0656 da Vara do Trabalho de Castro; R-37 – PENHORA nos autos 0011195-58.2016.5.15.0040 da Vara do Trabalho de Cruzeiro; AV-38 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000373-91.2017.5.09.0670 da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-39 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000404-77.2018.5.09.0670 da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-40 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000728-09.2016.5.09.0130 da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-41 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0012538-67.2012.8.16.0035 da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais; AV-42 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0002873-81.2002.8.16.0035 da 3ª Vara Cível de Curitiba; R-43 – PENHORA nos autos 0003132-59.2019.8.16.0202 da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais; AV-44 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0007143-41.2005.8.16.0035 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-45 –

PENHORA nos autos 0009459-17.2011.8.16.0202 da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais; AV-46 – PENHORA nos autos 0000916.51.2013.5.09.0665 da Vara do Trabalho de Irati; AV-47 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0006354-76.2004.8.16.0035 da 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-48 – PENHORA nos autos 0000728-09.2016.5.09.0130 da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; R-49 – PENHORA nos autos 0002810-72.2012.5.09.0091 da Vara do Trabalho de Campo Mourão; AV-50 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0002974-64.2012.8.16.0035 da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais; AV-51 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0000047-26.2019.5.09.0068 da 1ª Vara do Trabalho de Toledo; AV-52 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0011998-82.2016.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba; AV-53 – INDISPONIBILIDADE DE BENS nos autos 0010511-87.2010.8.16.0001 da 11ª Vara Cível de Curitiba; R-54 – PENHORA nos autos 0004044-22.2020.8.16.0202 da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais;

DESPESAS COM REMOÇÃO, DEPÓSITO E EDITAL: a serem informados em hasta pública.

DEPOSITÁRIO: N/C

03) AUTOS: ATOrd 0001078-87.2011.5.09.0965

RECLAMANTE: MARCOS ANTONIO DE FRANÇA - CPF: 348.329.479-15

RECLAMADO: NICHELE CONVENIENCIAS LTDA - ME - CNPJ: 03.462.675/0001-40, ESTER MARIA NICHELE - CPF: 491.314.609-25, HELIO RICARDO NICHELE - CPF: 839.310.909-49

BEM: Lote 12 (doze), da quadra 05 (cinco), do loteamento planta São Pedro II, de inscrição imobiliária nº. 12.087.0009.0000, si uado no bairro denominado Cruzeiro, neste município, possui as seguintes medidas e confrontações: de formato retangular, faz frente para a Rua Celestina Escolar Foggiatto, antiga Rua 02 (dois) por uma extensão de 10,00 metros; pelo lado direito de que da referida rua observa o imóvel, confronta com o lote 11 (onze) por uma extensão de 26,00 metros; pelo lado esquerdo confronta com o lote 13 (treze) por uma extensão de 26,00 metros; pelos fundos confronta com o loteamento Jardim Villa Bruning (antiga propriedade de Miguel Foggiatto) por uma extensão de 10,00 metros. O lote possui uma área total de 260,00m² e perímetro de 72,00 metros. Encontra-se no lado par da Rua Celestina Escolar Foggiatto, a uma distância de 112,00 metros da esquina com a Rua Palmas.” Matrícula 56.109 do 1º CRI de São José dos Pinhais-PR.

Benfeitoria e ocupação: o lote não tem nenhuma benfeitoria, por tanto, está sem ocupação.

AVALIAÇÃO: R\$ 302.702,40 (trezentos e dois mil, setecentos e dois reais e quarenta centavos)

ONUS: Penhora nestes autos

DESPESAS COM REMOÇÃO, DEPÓSITO E EDITAL: a serem informados em hasta pública.

DEPOSITÁRIO: Hélio Ricardo Nichele

1) Ficam os interessados cientes que, arrematando os bens constantes do presente Edital, arcarão com as despesas de publicação dos mesmos na proporção 01/03 do valor total da despesa de publicação, bem como arcarão com a comissão do Leiloeiro, no importe de 5% sobre o valor da arrematação, sendo que esta taxa é devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (*independente de exhibir ou não o preço*), além de despesas com remoção de bens móveis, assim como despesas com armazenagem, valores esses que serão devidamente informados aos licitantes por ocasião da hasta pública, observados os parâmetros no Provimento Geral da Corregedoria Regional da 9ª Região.

2) Na hipótese de acordo entre as partes, após encaminhado o edital respectivo para publicação e antes da hasta pública, além das despesas específicas com a remoção/armazenagem, será devido pelo executado ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado ao Leiloeiro, a título de remuneração pelos serviços prestados para a designação e preparação da hasta pública o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da execução ou sobre o valor da avaliação do bem, se menor, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R\$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro.

3) Na hipótese de acordo ou remição após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Tratando-se de adjudicação, o leiloeiro oficial, bem como o depositário, receberá os valores acima mencionados calculados sobre a avaliação ou arrematação dos bens, em conformidade com previsto no art. 789-A, VIII da CLT

4) Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital.

5) Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento.

6) Os bens acima relacionados encontram-se à disposição para vistoria no endereço dos respectivos depositários. Segundo o artigo 18 da Resolução nº 236 do CNJ Conselho Nacional de Justiça, os bens serão vendidos ad-corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontram, sem garantia (*inclusive de funcionamento*), constituindo ônus do interessado verificar suas condições, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver.

7) Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação, antes das datas designadas para alienação judicial. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos.

8) Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (*art. 893 do CPC*). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. Também com fundamento no artigo 29 da Resolução nº 236 do CNJ Conselho Nacional de Justiça, às despesas e os custos relativos a desmontagem, remoção, transporte patrimonial e transferência dos bens correrão por conta dos arrematantes.

9) O arrematante não poderá alegar desconhecimento das condições e características dos bens adquiridos. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão.

10) A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (*até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega*), inclusive dívidas *propter rem*.

11) Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (*a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras*) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Constitui obrigação do interessado verificar a existência de eventuais restrições.

12) Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital.

13) Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

14) Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos.

15) O pagamento da arrematação é a vista, entretanto para alguns bens poderá ser aceito lances em parcelas, desde que seja depositado, no mínimo, 40% do valor do lance, e os 60% restantes deverão ser pagos em parcelas, mensais, devidamente corrigidas pela taxa SELIC. O vencimento da 1ª parcela ocorrerá 30 (trinta) dias após a realização da hasta pública. O arrematante que fizer uso da prerrogativa acima fica ciente de que, caso interrompa o pagamento das parcelas, implicará no automático vencimento das demais parcelas (considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida). Caso o débito não seja quitado perderá os valores já depositados, em prol da execução, e deverá devolver os bens ao depositário público, sob pena do descumprimento de ordem judicial. A arrematação mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste edital, será garantida por hipoteca ou alienação gravada sobre o próprio bem arrematado. O lance com pagamento a vista prefere ao parcelado.

16) Em caso de realização de acordo, a hasta somente será suspensa se todas as demais despesas forem quitadas (custas, honorários contábeis, contribuição previdenciária, imposto de renda, etc).

17) É obrigação do arrematante abrir a conta judicial, conferir os dados da Guia de Pagamento e efetuar o pagamento da arrematação. A comissão do leiloeiro deverá ser depositada pelo arrematante em conta de titularidade do mesmo.

18) A simples oposição de embargos à arrematação por parte do réu ou de terceiros não é causa para desfazimento da arrematação.

19) Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise à nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante à diferença (*se houver*). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (*no todo ou em parte*), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção.

20) Informações podem ser obtidas com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3385-4656 ou pelo site www.vMLEILOES.COM.BR.

21) Visitação de bens móveis somente mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese de os bens estarem sob a guarda e posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento.

22) O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (*cinco*) dias corridos, contados da publicação do mesmo (no site do leiloeiro www.vMLEILOES.COM.BR ou *Jornal de Circulação ou Diário Oficial*), sob pena de preclusão.

23) Caso os Exequentes, Executados, Credores hipotecários, cônjuges, coproprietários e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO** e os meios com fulcro no Artigo 888 da CLT e nos Artigos 272, 273, 274 e 275 da Lei 13.105/2015. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial. Se não tiverem procurador constituído nos autos do processo, serão intimados por qualquer outro meio idôneo, na forma do art. 889 do NCPC. Em caso de realização de acordo, a hasta somente será suspensa se todas as demais despesas forem quitadas (custas, honorários contábeis, contribuição previdenciária, imposto de renda, etc).

24) O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação, como embargos ou recursos, começará a contar após a Hasta Pública, independentemente de intimação. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado resumidamente no JORNAL INDUSTRIA E COMERCIO e na íntegra no site www.vMLEILOES.COM.BR e afixado na forma da Lei.

São José dos Pinhais-PR, 25 de janeiro de 2023.

JERONIMO BORGES PUNDECK
Juiz do Trabalho